



Por favor, preencher os dados abaixo

PROVA A

Nº de Inscrição:

Nome do Candidato:

CPF:

Telefone:

E-mail:

### CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES:

- Atenção para **preenchimento de seus dados no cabeçalho** da prova;
- Somente será considerada na correção a resposta escrita na área demarcada do caderno de prova, sendo desconsiderado qualquer texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecidas;
- A prova terá a duração de 04 (quatro) horas;
- Este caderno de prova contém 30 questões de múltipla escolha;
- Serão anuladas questões com mais de uma resposta;
- O candidato não deverá assinar o caderno de prova, nem utilizar qualquer indicativo que possa identifica-lo, sob pena de ser desclassificado;
- Somente poderá ser utilizada caneta esferográfica preta ou azul, sendo desconsiderado texto definitivo escrito a lápis;
- Escreva com letra legível. No caso de erro, risque com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substituto. Parêntese não será aceito.
- Será entregue material para rascunho, o qual poderá ser levado pelos candidatos ao final da prova;
- Será eliminado o candidato que for descortês com os demais candidatos ou com os fiscais de prova;
- Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada durante a realização da prova;
- A interpretação das questões faz parte da prova, não podendo haver perguntas e nem apoio dos fiscais da prova;
- Durante a realização da prova não serão permitidas a consulta a qualquer material, a comunicação entre os candidatos e a utilização de aparelhos de comunicação.
- **O contato com os aprovados será realizado via telefone ou e-mail. Desta forma, a informação correta é de responsabilidade do candidato.**



## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Questão 1** - Na Constituição Federal (CF), algumas matérias, denominadas cláusulas pétreas, não podem ser abolidas nem por meio de emendas. Essas matérias são:

- a) Forma federativa de Estado; dignidade da pessoa humana; divisão dos poderes; pluralismo político, presidencialismo.
- b) Voto secreto, direto, universal e periódico; separação dos poderes; forma federativa de Estado; direito e garantias individuais.
- c) Direito e garantias individuais; soberania; divisão dos Poderes; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) Voto secreto, direito, universal e periódico; separação dos poderes; cidadania; forma federativa de Estado

**Questão 2** – Ao juiz federal NÃO compete processar e julgar:

- a) Os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- b) As contravenções penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- c) Os mandados de segurança e os “habeas-data” contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;
- d) A disputa sobre direitos indígenas.

**Questão 3** – O artigo 5.º, inciso II, da CF dispões que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”. Tal enunciado consagra o princípio da:

- a) Moralidade
- b) Impessoalidade
- c) Justiça
- d) Legalidade

**Questão 4** – A Constituição declara como um dos direitos fundamentais a inviolabilidade do sigilo das comunicações telefônicas, salvo:

- a) Para fazer prova em processo administrativo.
- b) Por ordem do Ministro da justiça, para fins de investigação criminal.
- c) Por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- d) Em matéria de segurança nacional.

**Questão 5** – A função social da propriedade rural:

- a) Deve levar em conta critérios estabelecidos constitucionalmente, tais como a proteção do meio ambiente e o bem estar de proprietários e trabalhadores.
- b) É observada quando se levam em conta, exclusivamente, os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração fixados em lei, de sorte que toda propriedade produtiva automaticamente cumpre sua função social.
- c) É irrelevante para efeito de sujeição de imóveis rurais à desapropriação para

fins de reforma agrária, que será decretada por ato de Poder executivo Federal ou estadual quando lhes convier.

- d) Não encontra definição constitucional, que remete sua conceituação para sede de lei complementar.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Questão 6** – A responsabilidade civil do Estado prevista na Constituição Federal incide sob a modalidade:

- a) Objetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes estatais dos quais haja decorrido dano indenizável.
- b) Subjetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por concessionárias de serviço público, remanescendo responsabilidade solidária do estado pelo ressarcimento dos danos indenizáveis.
- c) Objetiva, quando referente a atos ilícitos praticados por agentes estatais e subjetivas, quando ditos atos forem lícitos.
- d) Subjetiva, quando referente a atos lícitos praticados por agentes estatais se destes tiverem advindo danos morais indenizáveis.

**Questão 7** – A capacidade da Administração Pública de poder sanar os seus atos irregulares ou de reexaminá-los à luz da conveniência e oportunidade, reconhecida nas Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, está em consonância direta com o princípio da:

- a) Indisponibilidade do interesse público

- b) Segurança jurídica
- c) Moralidade
- d) Autotutela

**Questão 8** - Nos processos administrativos são observados, entre outros, os critérios, **EXCETO**:

- a) Início apenas de ofício, para garantia do devido processo legal.
- b) Objetividade no atendimento do interesse público
- c) Atuação segundo padrões de boa-fé.
- d) A ampla defesa e o contraditório.

## **DIREITO PENAL**

**Questão 9**- Considera-se, dentre outras, causa excludente da culpabilidade:

- a) O exercício regular de um direito.
- b) O estado de necessidade.
- c) A legítima defesa putativa.
- d) O erro evitável.

**Questão 10** – Dentre as hipóteses abaixo, qual pode ser citada como exemplo de crime permanente:

- a) Homicídio.
- b) Peculato.
- c) Cárcere privado.
- d) Mediação para servir à lascívia de outrem.

**Questão 11** – Assinale a alternativa correta.

- a) Os tipos penais são criados pelo legislador, excepcionalmente, entretanto, o juiz pode, usando analogia, criar tipos penais.
- b) Nos tipos penais abertos a conduta não é totalmente individualizada.
- c) O tipo penal define condutas e personalidades criminosas.
- d) A lei penal em branco é inconstitucional por conter delegação de competência.

**Questão 12** – Admitem a forma culposa os seguintes crimes do Código Penal:

- a) Homicídio, lesão corporal, dano, receptação e incêndio.
- b) Difusão de doença ou praga, apropriação indébita, lesão corporal e perigo de desastre ferroviário.
- c) Homicídio, lesão corporal, explosão, uso de documentos falsos e ato obsceno.
- d) Receptação, incêndio, explosão, desabamento e difusão de doenças ou praga.

**Questão 13** – A absorção de crime-meio pelo crime-fim configura aplicação do princípio da:

- a) Consunção.
- b) Especialidade.
- c) Subsidiariedade.
- d) Sucessividade.

## **PROCESSO PENAL**

**Questão 14** – De acordo com a Lei 9099/95, a composição civil dos danos:

- a) Não gera efeitos penais;
- b) Gera efeitos penais, mas dispensa a homologação judicial pro sentença;
- c) Enseja extinção da punibilidade de crimes de ação penal privada, após sua homologação por sentença.
- d) Gera efeitos penais, após a sentença homologatória, desde que a parte ou o MP não interponham o recurso cabível;

**Questão 15** – As previsões dos incisos XXXVII e LII do art. 5º da Constituição da República, segundo as quais, respectivamente, “[...] não haverá juízo ou tribunal de execução” e “[...] ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente” traduzem, direta e essencialmente, o princípio

- a) Da impessoalidade.
- b) Da presunção da inocência.
- c) Do contraditório e da ampla defesa.
- d) Do juiz natural.

**Questão 16**- Cabe transação penal:

- a) Em relação a crimes de ação penal privada
- b) Antes da oferta da denúncia.
- c) Apenas quando ofertada a representação do ofendido.
- d) Independente da vontade do suposto ofensor.

**Questão 17** – Diante das narrativas abaixo, **sempre considerando o que dispõe o CPP:**

- O exame indireto do corpo de delito autoriza formação de elementos de prova contra o réu, se desapareceram os vestígios (I). O laudo do exame do corpo de delito de estupro pode ser juntado após o interrogatório. (II)
- O membro do Ministério Público pode atuar no feito em que seu primo é o juiz (I). Não pode atuar, porém, se for amigo íntimo do réu (II).
- Nenhum acusado pode ser julgado sem defensor (I). Havendo motivo justificado para ausência do advogado constituído, demonstrado até o início da audiência, o juiz não pode nomear defensor dativo para o ato (II)
  - a) Se as primeiras assertivas (I) estiverem **CORRETAS**, mas as segundas (II) **INCORRETAS**;
  - b) Se as primeiras assertivas (I) estiverem **INCORRETAS**, mas as segundas (II) **CORRETAS**;
  - c) Se ambas assertivas (I e II) estiverem **CORRETAS**;
  - d) Se ambas assertivas (I e II) estiverem **INCORRETAS**;

**DIREITO CIVIL**

**Questão 18** – Qual opção abaixo trata de hipótese de absolutamente incapaz:

- a) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
- b) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

- c) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
- d) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

**Questão 19** – Se uma pessoa possui duas residências regulares, considera-se como seu domicílio

- a) Aquela onde a pessoa reside há mais tempo.
- b) Aquela que a pessoa passou a ocupar por último.
- c) Qualquer uma delas.
- d) Aquela que for de propriedade da pessoa.

**Questão 20** – A ação de investigação de paternidade.

- a) Prescreve em 5 anos.
- b) Prescreve em 10 anos.
- c) Prescreve em 20 anos.
- d) É imprescritível.

**Questão 21** – O Código Civil considera nulo o negócio jurídico simulado. Assim, haverá nulidade por simulação nos negócios jurídicos quando:

- a) Contiverem confissão, condição ou cláusula não verdadeiras.
- b) As declarações de vontade emanarem de erro que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal.
- c) Houver silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, determinante para realização do negócio.

- d) A declaração de vontade de um dos contratantes decorra de fundado temor de dano à sua pessoa.

**Questão 22-** Aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome desde e em cumprimento de ordens ou instruções suas, considera-se

- a) Possuidor indireto
- b) Detentor
- c) Possuidor direto
- d) Proprietário

### **PROCESSO CIVIL**

**Questão 23** – Acerca dos recursos no processo civil, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) Todos os recursos tem efeito devolutivo.
- b) Se o relator indeferir o pedido de efeito suspensivo ao agravo de instrumento, deverá o recorrente deduzir embargos infringentes.
- c) De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, apenas em hipóteses excepcionais a apelação não será recebida no efeito suspensivo.
- d) Para imprimir efeito suspensivo ao recurso especial, deverá o recorrente manejar uma cautelar.

**Questão 24** – O ato processual de comunicação da existência de ação proposta em face da parte para apresentar defesa denomina-se:

- a) Intimação
- b) Notificação
- c) Citação
- d) Carta precatória

**Questão 25** – No âmbito da Justiça Federal, desde que respeitado o limite de sessenta salário mínimo, inclui-se na competência do Juizado Especial cível, a ação:

- a) De desapropriação promovida pela União
- b) Popular, em que for parte passiva a União
- c) De mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade federal
- d) Para anulação de ato administrativo federal de natureza previdenciária.

**Questão 26** – Ao ser atribuído o valor da causa nas ações para concessão/reestabelecimento de benefício previdenciário, deve-se considerar

- a) Somente a integralidade do débito vencido
- b) Qualquer valor já que nestas demandas o valor da causa são para fins fiscais.
- c) A soma das prestações vencidas, acrescida da soma de um ano de benefício
- d) Somente a soma de um ano de benefício

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**Questão 27** – O princípio da universalidade da cobertura prevê:

- a) Que os benefícios são concedidos a quem deles efetivamente necessite, razão pela qual a Seguridade Social deve apontar os requisitos para a concessão dos benefícios e serviços.
- b) Que a proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite.
- c) A participação equitativa de trabalhadores, empregadores e Poder Público no custeio da seguridade social.
- d) Que não há um único benefício ou serviço, mas vários, que serão concedidos e mantidos de forma seletiva, conforme a necessidade da pessoa.

**Questão 28-** São segurados obrigatórios do regime geral de previdência social:

- a) A dona de casa e o estudante, desde que maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade.
- b) Os servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo em Municípios que tenham instituído regime próprio.
- c) Os trabalhadores autônomos, empresários e trabalhadores domésticos.
- d) Os desempregados, nos 12(doze) meses que se seguem à sua dispensa pela empresa.

## DEFENSORIA PÚBLICA

**Questão 29** – A Constituição da República estabelece que os integrantes das Defensorias Públicas

- a) Ingressarão na carreira em cargo de classe inicial, providos mediante concurso público de provas ou títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases.
- b) Gozam de garantias de inamovibilidade e estabilidade após dois anos de efetivo exercício das funções respectivas.
- c) Poderão exercer advocacia fora das atribuições institucionais, nas hipóteses previstas na lei complementar que organizar a carreira.
- d) Serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, nos termos do art.39, §4º da CF/88.

**Questão 30** – O artigo 134 da Constituição Federal de 1988 erigiu a defensoria Pública à condição de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência de desempenhar a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, quando de sua promulgação, significou:

- a) Retrocesso em relação ao texto constitucional anterior, que não vinculava a Defensoria Pública ao Poder Judiciário.
- b) Relevante conquista à cidadania, universalizando o direito e acesso gratuito ao Poder Judiciário.

- c) A conquista de autonomia funcional e administrativa às Defensorias Públicas
- d) O estabelecimento de um inédito dever estatal, de prestação de assistência jurídica integral e gratuita.





